



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE COMISSÃO EXTERNA TEMPORÁRIA

(Do Sr. Deputado Reginaldo Lopes – PT/MG)

Requer a constituição de Comissão Externa para acompanhar os graves acontecimentos sobre a letal operação da polícia do Rio de Janeiro, que contém fortes indícios de chacina na favela do Jacarezinho.

Senhor presidente,

Nos termos do art. 38 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro a V. Ex<sup>a</sup>. a constituição de Comissão Externa para acompanhar os graves acontecimentos sobre a letal operação da polícia do Rio de Janeiro, que contém fortes indícios de chacina na favela do Jacarezinho.

#### Justificação

A operação policial que culminou com a morte de 25 pessoas na favela do Jacarezinho desrespeitou uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que em junho de 2020, estipulou pela Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, no sentido de que operações policiais não urgentes em favelas não deveriam ser realizadas durante a pandemia, ou, caso fossem, deveriam ser previamente comunicadas à corte.

A polícia afirmou que 24 das pessoas mortas eram “suspeitas”, mas não deu detalhes sobre quem eram, ou que faziam quando foram mortos. Já é possível encontrar relatos de moradores afirmando que mesmo quem se rendeu acabou alvejado, que os números de mortes são maiores do que foi divulgado e que há corpos pelo chão. Dizem também que casas foram invadidas e celulares apreendidos. Houve até mesmo execução na frente de crianças e corpos estariam sendo removidos para inviabilizar perícias —uma tática de desfazimento de cena de crime e de culpa. Dois passageiros do metrô foram baleados dentro de um vagão na altura da estação Triagem e um morador foi atingido no pé, dentro de casa.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (Acnudh) afirmou, nesta sexta-feira (7), que está “profundamente perturbado” com a chacina que culminou na morte de 25 pessoas, incluindo um policial, no Jacarezinho, zona norte do Rio de Janeiro.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

"Estamos profundamente perturbados pelas mortes", acrescentou o representante do órgão de direitos humanos da ONU. O Acnudh ainda cobrou a abertura de uma "investigação independente, completa e imparcial, de acordo com padrões internacionais".

Além disso, questionou o modelo brasileiro de policiamento em favelas, "que estão presas em um ciclo vicioso de violência letal com um impacto dramático e adverso sobre populações que já sofrem (...) ainda que todas essas pessoas fossem suspeitas de associação criminosa, o que não está provado, não é justificável esse tipo de execução sumária. Cabe à polícia o poder de prender e à justiça o dever de processar e julgar os suspeitos de cometer crimes", disse a Anistia Internacional.

A natureza do modelo de segurança pública já foi questionada, inclusive na Câmara dos Deputados, em ocasião da CPI de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens Negros e Pobres, que pude idealizar e presidir. A prioridade no uso da força e do confronto nos territórios mais pobres- em detrimento do uso da inteligência- revela o descaso com a vida humana e desrespeito com os que têm menor poder aquisitivo.

Diante de tamanha atrocidade, se faz extremamente necessário que esta comissão externa seja instalada pela Câmara para a busca necessária da responsabilização e elucidação dos crimes praticados contra a sociedade.

Sala das Sessões, em      de maio de 2021.

DEP. REGINALDO LOPES PT-MG



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211459188500>

